

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

## O TERRITÓRIO PAULISTA E SUA IMAGEM CARTOGRÁFICA FORMATIVA: UMA ANÁLISE DO TERMO “SERTÃO”.

Airton José Cavenaghi<sup>1</sup>

### RESUMO

A formação do atual território do estado de São Paulo é o objeto de análise dessa comunicação. Pretende-se demonstrar como a análise da cartografia histórica produzida, sobre a então Capitania, Província e atual Estado de São Paulo, em especial durante o século XIX, pode ajudar a perceber fenômenos distintos da historiografia paulista, abrindo um leque importante para a compreensão do fenômeno histórico ocorrido. Analisa-se em especial o uso do termo “sertão” ou “certão”, como referências de sustentação de um poder político e econômico constituído, como também expressão de busca de uma “civilidade” necessária a administração central. Antes conhecidos como “terrenos desconhecidos”, ou ainda, “terrenos desconhecidos habitados por índios ferozes”, o espaço do interior do território paulista, chamados de “sertões” acompanharam um imaginário situacional pouco estudado. O termo “sertões” acompanha a criação e sustentação de identidades coletivas necessárias ao impulso colonizador do território. Esse “impulso” foi organizado e sistematizado por forças políticas centrais que associadas ao poder da ilustração cartográfica, materializaram ideias em suspensão de maneira a difundirem necessidades gestoras gerais. Essa forma de ação não foi algo planejado ou pré-estabelecido. Ele foi sustentado por ideias científicas e tecnológicas na época, associadas a confecção e circulação de um objeto cartográfico. Analisa-se o objeto cartográfico manuscrito, como também o impresso. Sustenta-se que a difusão das ideias ocorre a partir de uma circulação considerável dessa cartografia. Mostra-se, também, que esse fator, “circulação” não foi expressivo, embora tenha sido utilizado, em diferentes momentos, como base orientadora de formação desse território. Essa ocupação, em determinado momento foi associada a individualidade dos colonos, como também ao patrocínio institucionalizado pelo estado, ou mesmo por empresas privadas agindo sobre o amparo político desse mesmo estado. Para finalizar, essa comunicação pretende-se demonstrar também, uma nova maneira de se observar o objeto cartográfico, que além de ser um difusor de ideia, não pode ser mais apenas considerado um simples elemento auxiliar do textual historiográfico.

---

<sup>1</sup> Professor pesquisador; Doutor em História Social FFLCH-USP. Email: [acavenaghi@gmail.com](mailto:acavenaghi@gmail.com); ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1084-8158>; ResearcherID: S-4518-2017. Ex-Professor PPG em Hospitalidade UAM-SP (2000-2020).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Palavras-Chave:** História; Cartografia; Sertão; São Paulo; Século XIX.

## Introdução

Sobre a ocupação territorial do Brasil convém lembrar das palavras do frei Vicente Salvador que em 1630 argumentava que os portugueses “se arrastavam feito caranguejos pelo litoral do país”, ou seja, quase cem anos após a chegada dos portugueses, o interior do país era um território desconhecido e as representações cartográficas produzidas, eram repletas de uma iconografia fantasiosa e com indícios, muito tímidos de reais conhecimentos territoriais.

A origem da palavra “sertão” tem sua discussão estruturada, a partir da década de 1940, com Gustavo Barroso que argumentava:

[...] diz ter encontrado no Dic. de Lingua B. de Angola, de 1804, de frei Bernardo Maria de Carnecatim, a palavra "muceltão," seguida da forma decepada "certão", definida em latim *locus mediterraneus*, que considera equivalente à definição de "sertão", dada pelos dicionaristas Morais e Aulete: "mato longe da costa" (SILVA, 1950, p. 636).

Acompanhando a ideia resgatada por Silva (1950), é possível observar, também, que o termo “sertão” já estava presente na cartografia produzida sobre a então Capitania de São Paulo, desde pelo menos o ano de 1793, conforme apontado na “*Carta Chorographica da Capitania de São Paulo*” e já analisada por Beier (2014). Segundo o autor, a expressão possuiu uma antiguidade de uso bem anterior, ou seja:

Vê-se, portanto, que no princípio do século XVI a expressão “sartaão” era empregada para referir-se às terras que estavam para além da “praya”. Sobre estas, Caminha faz questão de destacar sua extensão, assim como a qualidade dos ares e das águas, indicando ao rei que seriam bastante aproveitáveis, se este assim o desejasse. (Bier, 2014, p.462).

Essa representação é a forma de se estabelecer uma espécie de “posse” sobre o que não se conhecia diretamente. Como a forma de ocupação do território brasileiro foi feita de maneira irregular e por inúmeros sujeitos, as informações são sempre desencontradas e muitas se perderam no decorrer do tempo formativo do território nacional.

A definição das fronteiras entre os territórios brasileiros, foi demarcada, principalmente, pelos acidentes naturais existentes nos terrenos. Deve-se se lembrar que a primeira forma de demarcação desse espaço, na formação das chamadas “Capitanias Hereditárias”, apresentava certa regularidade geométrica na produção e apresentação documental dos territórios. Esse foi um dos únicos momentos da produção cartográfica brasileira no qual isso ocorreu. Pode-se pensar que esse fato mostra a força do documental

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cartográfico, para ajudar a preencher lacunas analíticas da construção das análises da história nacional.



**Imagem 01.** Mapa de Luís Teixeira, anexo ao *Roteiro de todos os Sinaes*. Fonte: Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Cópia elaborada a partir do original, ms. 51-IV-38. In: CINTRA, 2015, p. 14

O que se nota na realização do objeto cartográfico, é a necessária construção do espaço a ser conquistado, independente do conhecimento que se tem sobre ele. Coloca-se no papel aquilo que se quer legitimar, criando uma documentação a ser usada de forma incontestável. Essa particularidade de mapeamento do território com o uso de fronteiras geográficas e geométricas, perfeitamente desenhadas, teve sua maior expressão durante o século XIX, basta lembrar a atual configuração dos limites estaduais nos Estados Unidos da América do Norte, e da própria partilha pós-colonial da África. Neste aspecto não se pode trabalhar com um efeito analítico comparativo, pois cada situação histórica tem sua verdade no momento de seu acontecimento. O que se defende aqui, é que o espaço territorial brasileiro nesse momento inicial de criação, precisava ser legitimado e transformado em “produto” e como resultado direto da ação colonizadora da Coroa Portuguesa.

Para ser algo “palpável”, o desenho cartográfico precisava ser legitimado como tal. O caso do mapeamento de um território até então desconhecido e desenhado em espaços perfeitamente delineados, é um exemplo da imposição de um modelo de representação que o mapa pode oferecer. Denis Wood (1992) argumenta que essa posição interpretativa, serve a interesses específicos e é a razão da formulação desses interesses, que o documental cartográfico deve ser interpretado, e não apenas pela sua técnica construtiva.

O caso do mapeamento do território paulista, desde a época do descobrimento do Brasil, é bem emblemático para representar a força que um poder encontra, na produção de informações sobre o espaço no qual procura estabelece a sua legitimação. Esses aspectos encontrar-se, entre outros, na formulação de políticas econômicas específicas, na criação de uma mitologia formativa própria, ou mesmo na confecção dos elementos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

técnicos de conteúdos não questionáveis pela racionalidade científica existente no período.

## **Compreendendo a formação da expressão cartográfica do território paulista e o aparecimento do termo “certões”.**

Como já falado aqui, o termo “certão”, ou “sertão”,<sup>2</sup> já era usado de forma corriqueira na produção documental textual produzida com informações descritivas sobre o Brasil. O uso do mesmo termo em documentos visuais, como no caso aqui analisado, ou seja, em documentos cartográficos, tem início aparentemente no início do século XVIII. Provavelmente, o uso do termo, relaciona-se diretamente ao avanço da Coroa Portuguesa no processo de mapeamento do interior do território.

Quando o mapeamento do território se restringia ao litoral, o termo não aparece, como no caso no atlas “*Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz*” de João Teixeira Albernaz, confeccionado nos primeiros anos do século XVII. Em especial na Carta de n.05 a qual, “*Mostrase a costa que vem do Rio e Ilha da Cananea ate o porto de S. Vicente (...)*” (ALBERNAZ, 2003, vol.02. p.12), é referenciada a presença da então vila de São Paulo, território adentro. É um registro cartográfico bem interessante pois além disso, aponta o chamado “Estreito de Ramalho”, ou seja, uma possível indicação do caminho a ser percorrido para a antiga localidade de Santo André da Borda do Campo, que na época provavelmente já estava totalmente abandonada pela mudança de seus habitantes para a então Vila de São Paulo.

Nos registros cartográficos produzidos por Albernaz, o termo “certão” não está presente e são inúmeros os registros desenhados que buscam representar o espaço além do litoral. Esses desenhos não apresentam nenhuma descrição e as terras não ocupadas pelo colonizador, as imagens são preenchidas de maneira a demonstrar a suposta presença da floresta e acidentes geográficos, como no caso da Serra do Mar. O que se percebe é um total desconhecimento do que havia, especialmente pela não indicação; com exceção da Vila de São Paulo; dos nomes dos locais existentes. Albernaz não preenche os vazios com qualquer tipo de indicação externa aquilo que é visto, conhecido e relatado. Esse fato pode sugerir que não havia uma “pressão” pela ocupação do interior e um total descaso da administração central por aquilo que não apresentasse a possibilidade de um lucro direto e imediato no processo de conquista como no caso da exploração do litoral.

O que se discute aqui é que o termo “certão” é conhecido, mas seu uso aparentemente nesse momento, não está associado a uma pressão política de legitimação de posse, ou seja, de apreciação do estado sobre seus domínios.

Ainda no ano de 1750, a cartografia do território paulista avançava para o reconhecimento do seu interior e ainda o termo “sertão” não era utilizado apesar do crescimento do interesse da Coroa na exploração das riquezas minerais do interior do país.

---

<sup>2</sup> O uso do termo “certão” ou “sertão” será usado conforme grafia do documento analisado.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



**Imagem 02:** *COSTA do Brasil desde a ponta de Itapetininga, São Paulo, até o rio Imbou ao sul da Ilha de Sta. Catarina*. [1750]. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim, 72,5 x 59,5. Disponível Acervo Cartográfico Digital Biblioteca Nacional, em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart514092/cart514092.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514092/cart514092.jpg)

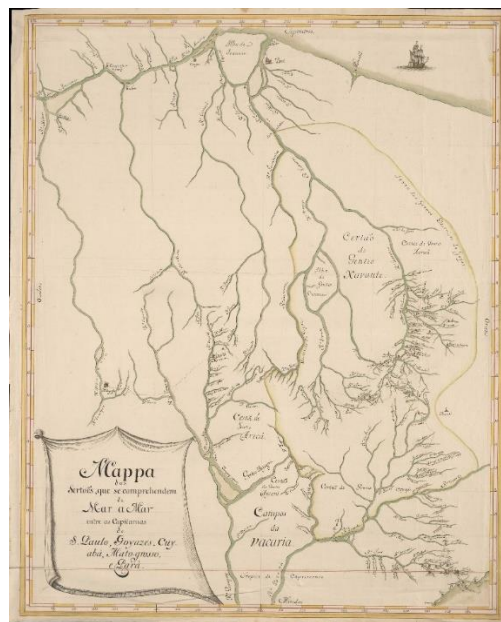
Na imagem 02, é possível de se observar a indicação dos “Morros de Araraquara” descritos por Lacerda de Almeida no ano de 1780 (LACERDA E ALMEIDA, 1841). Lacerda e Almeida, cita o termo “sertão” quatro vezes em sua obra. Dessas, duas chamam a atenção: uma para descrever a vastidão das terras e a presença das populações indígenas, e outra para comentar o volume de vegetação existente além de seu deslumbramento pela floresta nativa. É interessante perceber que já havia uma associação direta do termo “sertão” a questão da presença indígena e em função desse fato é possível de se questionar: O processo de colonização brasileiro pode ter adotado o termo, como um sinônimo da conquista do território em oposição aos habitantes existentes no espaço a ser ocupado?

Essa região no território paulista será o ponto máximo da ocupação da Coroa portuguesa no território até a segunda metade do século XIX. Quando aqui é falado “ponto máximo”, significa que o estado e seus representantes, estavam ausentes, mas era possível de ser encontrados colonos dispersos pelo território, vivendo de maneira isolada e utilizando-se de muito dos hábitos indígenas para sua sobrevivência.

Algumas informações chegavam e é também no século XVIII, o primeiro objeto cartográfico produzido no qual aparece grafado o termo “certão”. Esse mapa, trata-se do “*Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitãncias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará*”, presente no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, e identificado como parte da coleção Morgado de Mateus. Foi delineado provavelmente por Francisco Tosi Columbina; há um outro mapa na mesma coleção e

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

instituição, com proximidade no traçado dos desenhos e da escrita das localidades; e foi datado no século XVIII [17....] e neste caso não se pode atribuir a data exata de sua confecção. O segundo mapa trata-se do “*Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens.*” Seguindo as análises de Bier (2014) acredita-se que por comparação dos desenhos e grafia das indicações apresentadas, possa estar próxima ao ano de 1750 (Bier, 2014, p. 473).



**Imagem 03:** *Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.* [17--]. 1 mapa ms, col., desenhado a nanquim, 62 x 50cm em f. 63,4 x 52. Disponível acervo Digital Biblioteca Nacional em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg)

No mapa apresentado na Imagem 03, e estampado aqui, o termo “certão” associa-se a descrição de grupo indígenas existentes em algumas das regiões ainda não ocupadas pelos colonizadores. Esse fato aparece pela primeira vez em um registro cartográfico sobre a Capitania de São Paulo e supostamente mostra uma mudança de posição sobre a representação do espaço “desconhecido”. Esse mesmo espaço foi legitimado a grupo que lá estavam e assim ganham uma identidade, possibilitando seu combate direto e a futura conquista de seus espaços agora legitimados.

Nota-se que o mapa em questão, é manuscrito e, portanto, de baixa circulação.<sup>3</sup> As ideias em difusão ainda eram restritas a centralização do estado e aos seus objetivos, mas essa suposta não circulação, não impede que ideias em suspensão sejam usadas como elementos intangíveis, legitimadores de processos administrativos. Deve-se perceber que um documento para exercer poder, precisa circular e ser referenciado e assim, ampliar a

<sup>3</sup> A circulação de mapas manuscritos nesse período é restrita, pois além de constância vigilância da Coroa sobre seus territórios, a própria forma de confecção limita sua circulação, ao contrário de mapas impressos que eram produzidos, distribuídos e divulgados, também, em impressos como jornais e revistas.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

difusão de ideias nele contido. No caso aqui analisado argumenta-se que as ideias em suspensão, condicionaram a sua representação no documento cartográfico confeccionado.

Como o estado não tinha a real noção do interior do território; sua extensão, geografia, habitantes etc.; era necessário a criação de elementos administrativos que confirmassem o poder constituído. Não é uma estratégia maquiavelicamente orquestrada e sim uma absorção de ideias em suspensão que sofreriam transmutações, conforme novas realidades administrativas ocorressem.

A partir desse momento “sertão” e o domínio das populações indígenas, passam a ser sinônimos. Não se pode esquecer que as bandeiras de apressamento de indígenas ocorridas pouco décadas anteriores, século XVII, são instrumentos ratificadores dessa análise. O bandeirante, cujos mapas eram, conforme nos lembra Sérgio Buarque de Holanda: “(...) toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica” (HOLANDA, S. B, 1994, p. 19) e impediam qualquer tentativa de orientação por reprodução.<sup>4</sup> Havia ainda, e não se pode esquecer desse fato, uma enorme dificuldade de leitura e escrita entre os habitantes do território brasileiro, e isso é uma herança estrutural que infelizmente, ainda persiste no país.

Em função das análises apresentadas, essa comunicação irá focar essa produção cartográfica que podemos classificar como legitimadora e que será dominante na representação do território paulista a partir de então.

## **Novos mapas, velhas ideologias**

A partir da primeira metade do século XIX, a delimitação do espaço territorial da ainda Capitania de São Paulo, passa a ser representado e configurado pelos acidentes geográficos do território e em especial pelos seus rios mais volumosos, como no caso dos limites a Noroeste da região. As fronteiras entre as Capitanias de Minas Gerais e Mato Grosso são fundamentais para se perceber essa questão. São esses territórios mais no interior da Capitania classificados como “desconhecidos”, pois ainda não possibilitavam uma maior presença da administração central. Eram “desconhecidos” aos olhos do colonizador, mas perfeitamente ocupado e explorados por uma enorme diversidade de grupos indígenas. Oficialmente essa caracterização foi adotada após o Trado de Santo Idelfonso, no ano de 1777, e ratificado no Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, em 11 de março de 1778, pelo qual se (...) propunha, a princípio, demarcar uma linha divisória através de acidentes geográficos”. (FARIA; OLIVEIRA, 2016, p.88). Nesse período há um aumento significativo de objetos cartográficos desenvolvido sobre o interior da Capitania, mas a porção mais a noroeste do território ainda permanecia sem expressões significativas de reconhecimento.

Pode-se inclusive argumentar, que as delimitações das fronteiras territoriais da ainda Capitania, foram como uma espécie de herança dessa ocupação indígena inicial que também se apropriou dos acidentes geográficas dos terrenos. Elementos naturais que separavam grupos rivais e ofereciam espaço suficiente para a sua existência como

---

<sup>4</sup> Uma melhor análise dessa ideia, pode ser encontrada em, CAVENAGHI, A. J. (2004)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

membros de identidade coletiva própria. O aprofundamento dessa questão não faz parte de nossa atual análise, mas ajuda a compreender a função de criação ou mesmo apropriação de certos elementos narrativos, que visassem quebrar alguns valores culturais constituídos. A palavra “sertão” aparece nesse processo e a ela, associa-se tudo que deva ser conquistado e subjugado a um poder estabelecido.

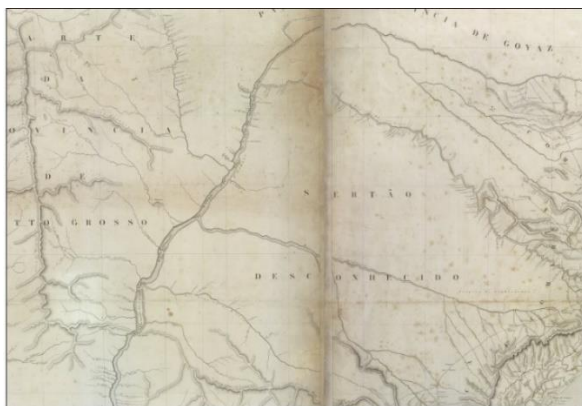
Mas é já na época após a Independência, com o território dividido e identificado com o nome de suas respectivas Províncias, que é possível de se perceber o quanto o termo passa a representar um modelo de conquista explicitado na cartografia produzida a partir de então.

Talvez o mapa mais antigo da então Província de São Paulo a ratificar esse modelo seja a “*Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege. 1 mapa, impr: 32,1 x 23,1 cm In: Wilhelm von Eschwege. Pluto Brasiliensis. Berlin: Reimer, 1833*”, analisada por Beier (2014), na qual é encontrada a expressão “certao desconhecido”, mas também nada se sabe sobre a circulação desse documento.

Talvez o mais famoso objeto cartográfico a estampar essa denominação, seja o “*Mappa Chorographico da Província de São Paulo*”, já exaustivamente analisado por Cavenaghi (2003), Cavenaghi (2004) e Beier (2014), no qual a expressão “Sertão Desconhecido”, estampa uma parcela bem significativa do mapa de Daniel Pedro Müller.

Beier (2014, p. 468) é enfático em argumentar que:

Fica evidente, portanto, que a mesma região identificada por Daniel Pedro Müller como “Sertão desconhecido”, já vinha sendo descrita sistematicamente da mesma forma por outros cartógrafos com pelo menos 44 anos de antecedência. Assim, sem dúvida pode-se afirmar que a representação de Müller, ao invés de uma ruptura, trata-se muito mais da permanência de uma prática de representação cartográfica de territórios localizados no interior das províncias, que vinha sendo adotada em São Paulo desde o fim do século XVIII.



**Imagem 04:** Detalhe do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1837), Daniel Pedro Muller. “cada seção 107,6 x 78,2 em f. 102,6 x 75,7”. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/267673>

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sobre o mapa de Muller tem-se quase nenhuma informação de sua circulação e desta forma é impossível observar a quanto suas ideias influenciaram e assim, a análise apresentada por Beier (2016) parecer ser a mais acertada pois demonstra que Müller apenas reproduzia os pensamentos em circulação no período. Uma informação que deve ser corrigida, refere-se a sua data de produção. O “*Mappa Chorographico da Província de São Paulo*”, apesar de datado de 1841 no local do acervo aqui referenciado, já é citado e referenciado no ano de 1838, conforme notas existentes na obra “Ensaio d'um quadro estatístico da província de S. Paulo”, também de Daniel Pedro Müller. O próprio mapa completo em seu quadro de referência e identificação (cartucho), demonstra sua autoria e ano de edição de 1837.<sup>5</sup>

O quanto um objeto cartográfico pode influenciar, encontra-se muito vinculado ao seu grau de circulação e as possibilidades de leituras de seus observadores. Claramente o mapa de Müller é produzido por e para uma elite administrativa que procura criar elementos palpável para ratificar um poder. Quando se passa a ter um documento oficial, automaticamente a possibilidade de extensão da legalidade administrativa passa a ser real e assim, neste caso específico, passa a garantir certa estabilidade territorial e impedir rupturas administrativas desnecessárias ao poder constituído.

A ideia da terminologia “sertão” para identificar o espaço a ser ocupado, neste momento já se encontra muito presente no imaginário coletivo dos habitantes da província. O jornal “O Farol Paulistano” em sua edição de 30 de julho de 1828, trazia uma discussão do Conselho da Província, da escolha do lugar para o estabelecimento da “Colônia alemã”. Reclamava-se de um lugar conhecido como “Quilombo”, pois:

*Como principalmente por ser, um sertão de matto virgem onde os colonos desanimarião, por se verem longe das Povoações Brasileiras, no meio das maltas nunca dantes cultivadas e só habitadas de feras e não só o mudo aspecto do Sertão os desgostaria como também por se acharem distantes do mercado da Cidade, é por isso verem se ha triste necessidade de unicamente plantarem só para o seu sustento, e ficando-lhes inútil qualquer industria fabril. (FP: 30/06/1828, p. 553)*

Na discussão, oficializou-se que a “colônia alemã” fosse estabelecida na região do atual bairro de Colônia, no extremo sul da cidade de São Paulo no então entre as freguesias de Cotia e Santo amor, na época apenas um dia de distância dos mercados da capital, pois se “(...) achavão nao em matto Virgem mas sim em capoeiras, e pela maior parte em campo(...)” (FP, 30/06/1828). A ideia de “sertão”, é o da terra “de mataria”, local de “feras”, sem possibilidade da “indústria fabril” era tudo que fosse associado a locais de difícil acesso e ainda composto de matas originais.

A divulgação da expressão “lugares desconhecidos” ganha maior vulto e repercussão quando passa a ser divulgada de maneira mais ampla. Em 1868 Cândido Mendes de Almeida elabora o “*Atlas do Imperio do Brazil*”, “*Destinado à instrução*

---

<sup>5</sup> Ver MÜLLER (1838): p.06, nota “a” e p.08, nota “a”. Ver também: Beier, J. R. (2015). Descrição mapa Müller. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Cartucho-do-Mappa-Chorographico-da-Propvincia-de-Sao-Paulo-MUeLLER-1837-1-mapa-148-x\\_fig1\\_287813996](https://www.researchgate.net/figure/Cartucho-do-Mappa-Chorographico-da-Propvincia-de-Sao-Paulo-MUeLLER-1837-1-mapa-148-x_fig1_287813996)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*pública no Império com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*, e assim as ideias em suspensão ganham espaço de propagação e permanência, sendo divulgadas em instituições de ensino e assim utilizadas como padrões de referência e identificação.

Candido Mendes de Almeida, chegou a fundar uma empresa, a “*Lithographia do Instituto Philomathico*”, especialmente para a produção do Atlas. Não foi possível de se localizar a quantidade de exemplares produzidos, mas acredita-se que muitos educandos tenham estudado geografia do Brasil pelo seu uso.



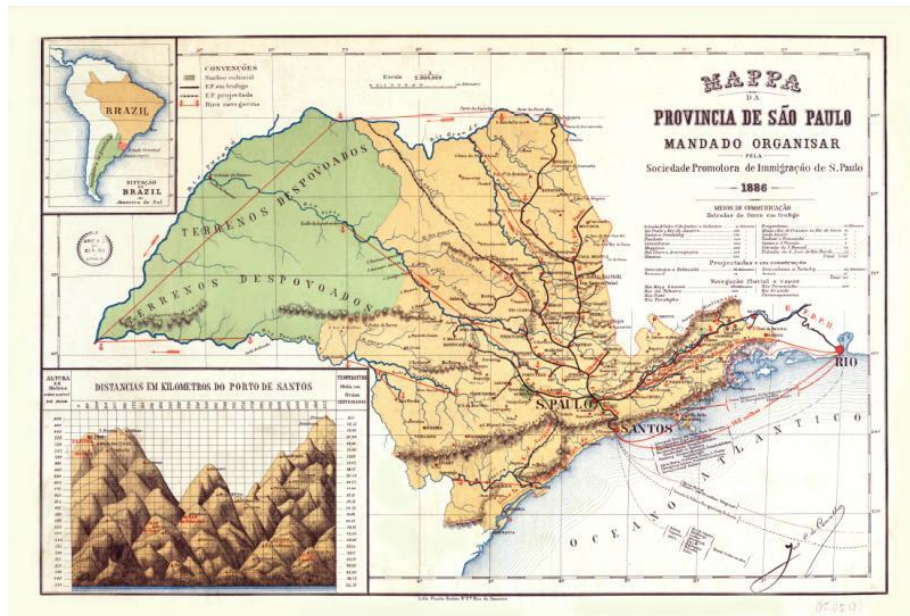
**Imagem 05:** Detalhe mapa “Província de São Paulo”. In: ALMEIDA, 1868, p. XVII

A denominação “*Terrenos ocupados pelos Indígenas ferosos*”, ocupa o local anteriormente chamado de “*Terrenos desconhecidos*”. Os conflitos entre grupos indígenas no interior do atual estado de São Paulo, irá persistir até aproximadamente a primeira década do século XX, quando, por exemplo, o ramal ferroviário que estava sendo aberto até a cidade de Penápolis, sofreu um ataque de índios Kaingáng, e tal conflito resultou na perda de muitas vidas indígenas. Esses conflitos eram constantes e passou a ser prioridade do governo combatê-los, com as (...) hostilidades recrudescerem durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil”. (SCHADEN, 1954, p.400).

A permanência de conflitos com grupos indígenas, em especial na porção mais a noroeste da então Província de São Paulo, irá reforçar o imaginário de conquista e ocupação de áreas que seriam classificadas como “*despovoadas*”, em alguns mapas, que divulgavam essas ideias, que eram contrárias a real situação das populações indígenas locais, gerando constantes conflitos, incluindo-se aqui, grilagens de terras que persistiram até a segunda metade do século XX (MAHL, 2011).

Talvez o maior exemplo da errônea política de ocupação das terras no interior da Província de São Paulo, esteja no mapa organizado pela “*Sociedade Promotora de Imigração*” em 1886.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



**Imagem 06:** *Mappa da Província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo, 1886.* Acervo Apesp. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>

No Mapa de 1886 é possível de se notar que a maioria da região noroeste da Província era “classificada” como “terrenos despovoados”. A classificação estabelecida aqui servia a um propósito específico, ou seja, mostrava “oportunidades” a grande quantidade de imigrantes que chegavam ao país no período, e de certa forma, orientava o fluxo de ocupação. O mapa obviamente negligenciava pequenas populações que já ocupavam a região, como por exemplo a então Vila de São José, atual cidade de São José do Rio Preto, fundada em 1852 por José Bernardino de Seixas Ribeiro, mineiro da região de Casa Branca. Desde aproximadamente o ano de 1830, uma grande quantidade de colonos mineiros, migrava para a região noroeste da Província, na procura de oportunidades de ganhos, motivados pela decadência aurífera, das antigas regiões mineradoras. (CAVENAGHI, 2003b). (MAHL, 2011).

A propaganda para a atratividade de colonos, contribuiu para a presença na região de grupos externos ao processo natural de ocupação, que já vinha ocorrendo a pelo menos cinquenta anos. Associado a este fator, a negligência com os grupos indígenas naturais da região contribuiu para o aparecimento de conflitos, pois esses mesmos grupos, estavam sendo pressionados por dois flancos distintos. Um deles via Noroeste com os migrantes mineiros, e outros pelo fluxo de imigrantes vindo do Leste e amparados por uma política governamental de ocupação.

Nesse processo de ocupação aparece a expressão “boca do sertão”, associada a identificação de regiões urbanas reconhecidas como um último reduto de “civilidade” e capaz de representar a política administrativa de controle e organização social, política e econômica.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Conclusões

O estudo da cartografia como documental histórico vai além das expressões gráficas apresentadas pelo desenho analisado. O mapa não pode ser apenas um documento ilustrativo do textual histórico desenvolvido. Deve também, e principalmente, ser considerado um documento histórico primário e diretamente associado a características culturais da sociedade que o produziu. Nessa comunicação foi possível de se perceber as transformações do termo “sertão”, acompanham realidades culturais distintas e no caso apresentados, representam possibilidades de visualidades, associados a produção cartográfica do período.

Em um primeiro momento, o termo associa-se ao espaço “além da praia” apontando para o interior do território. Nesse momento o termo é indicativo e ilustrativo de um processo de identificação na criação de adjetivos de expressão. Em um segundo momento o termo passa a ser visto como oposição a “civilização” e de identificação de locais da “barbárie” a ser combatida. Em um terceiro momento o termo transmuta-se para “desconhecido”, abrindo possibilidades de ocupação do território. Em sua última definição passa a ser visto como “boca do sertão”, locais de irradiação de “civilidade”, tornando-se polos de desenvolvimento material, principalmente associados a presença da ferrovia que começava a abrir espaço ao final do século XIX e início do século XX, no interior do território do atual estado de São Paulo.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz*. Manuscrito. Edição fac-similar. Fundação Biblioteca Nacional, 2003. 02 vols.

ALMEIDA, Candido Mendes de. (org.) **Atlas do Imperio do Brazil** (...). Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BEIER, José Rogério. Sertão Desconhecido? A Representação Do “Oeste Paulista” No *Mappa Chorographico Da Província De São Paulo* (1841). **Tempos Históricos**, Volume 18, 2014.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, Dezembro. 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142009000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200008&lng=en&nrm=iso)

CAVENAGHI, A. J. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 26, p. 285-303, 2003.

CAVENAGHI, A. J. São José do Rio Preto fotografado: imagética de uma experiência urbana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n.46, p. 147-169, 2003b.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CAVENAGHI, A. J. **Olhos Do Barão, Boca Do Sertão**: Uma Pequena História Da Fotografia E Da Cartografia no noroeste Do Território Paulista (Da Segunda Metade Do Século XIX Ao Início Do Século XX. São Paulo : Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2004.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitâneas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais Do Museu Paulista**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142015000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200011&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0201>.

FARIA, Maria Dulce de; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. **3º Simpósio de Cartografia Histórica**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira\\_3SBCH.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf)

HARLEY, J.B. **La nueva naturaliza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografia. México : FCE, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. p. 19.

MAHL, Marcelo L. Áreas de fronteira e o far-west paulista. In: CARVALHO Jr., MAHL, M. L; CAMPOS, R. D. de. (orgs.) **Terra (In)Cognita: novos estudos sobre São José do Rio Preto**. Campinas-SP : Pontes Editores, 2011.

MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de S. Paulo** : ordenado pelas leis provinciales de 11 de Abril de 1836, e 10 de março de 1837. São Paulo : Typographia de Costa Silveira, 1838.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diário de Viagens**. São Paulo : Typographia de COSTA SILVEIRA, 1841.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**. V. 8 N. 18, 1954. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36385/39105>

SILVA, Moacir M.F. A propósito da palavra “sertão”. **Boletim Geográfico**, IBGE, Ano VIII, nº 90, setembro de 1950.

WOOD, Denis. **The power of maps**. The Guilford Press. London, 1992.

## Jornais e Revistas.

FP- O Farol Paulistano: 30/06/1828